

Os sete pecados capitais da saúde em Brasília

Volnei Garrafa e
Eleutério Rodrigues Neto

É difícil encontrar, no Brasil, uma eleição onde os candidatos não prometam colocar a saúde como meta prioritária de seus programas de governo. Os vencedores, com raríssimas exceções, não só não têm posto esse compromisso em prática, como deixam este setor fundamental completamente desamparado e muitas vezes sob a (ir)responsabilidade de mãos ou ineptas ou inescrupulosas.

Neste sentido, até hoje não aconteceu rigorosamente nada que tenha diferenciado Brasília das demais cidades brasileiras. Com um agravante: pelas suas características específicas e principalmente devido à proximidade entre o Plano Piloto e as cidades-satélites (e as distâncias dessas entre si), o Distrito Federal possui todas condições para — com uma gestão competente — tornar-se o modelo sanitário do país. No entanto, as mazelas que aqui campeiam são as mesmas que campeiam em qualquer outro lugar onde as dificuldades operacionais são, em geral, infinitamente maiores.

No que se refere à saúde, portanto, o governo Cristovam Buarque vai encontrar uma cidade em estado de abandono, cheia de contradições e imperfeições administrativas e, como consequência de tudo isso, o que é pior: não proporcionando atendimento digno — nem clínico, nem humano — aos cidadãos necessitados que procuram os serviços públicos. Neste breve artigo, nos propomos listar e traçar rápidos comentários sobre os sete pecados capitais que, no nosso entendimento, minam a estrutura da saúde em Brasília.

1º pecado

Brasília é o centro geográfico e político-administrativo do país. É inadmissível que os governos anteriores venham até hoje imputando ao fluxo migratório da região do Entorno e dos estados do Norte e Nordeste, as razões fundamentais do caos e fracasso constatados. O novo governo, caso pretenda escapar dessa mediocridade analítica, deve imediatamente criar um programa permanente e centralizado de recepção e triagem dos pacientes que aqui chegam. Este

programa, que seria mantido com recursos federais e/ou dos governos dos estados limítrofes, teria como objetivo selecionar, distribuir e atender os usuários provenientes de outras localidades, assim como implantar um sistema informatizado que contenha os dados pessoais e clínicos dos mesmos.

2º pecado

No Orçamento do DF, o setor saúde sempre foi aquinhado desproporcionalmente à sua prioridade social e consequentes custos financeiros. O governo da Frente Brasília Popular tem o compromisso de mudar de uma vez por todas com esta distorção. Os custos podem ser racionalizados; mas saúde custa caro, sim, além de constituir um direito de cidadania e dever do Estado. Hoje, com financiamento quase exclusivamente federal, o próximo governo do DF tem obrigação de demonstrar suas prioridades ao setor alocando recursos próprios em níveis significativos e suficientes para superar as atuais deficiências.

3º pecado

Os governos trans e pós-ditadura sempre alardearam ter a prevenção como uma de suas metas. Isso nunca pôde ser constatado na prática, além de algumas poucas campanhas verticais e temporárias. Para o novo governo popular, a prevenção deve deixar de uma vez por todas “o pântano enganoso das bocas” para transformar-se em risonha realidade. “Prevenção” significa uma verdadeira filosofia de ação e trabalho que deve envolver todos os atores do processo, principalmente trabalhadores de saúde e comunidade; seu conceito avança muito além da implantação mecânica de algumas medidas técnicas que logo tornam-se inócuas. O sistema de saúde deve deixar de ser um sistema de “doença” para se tornar um processo vigilante da qualidade de vida da população. Para tanto, é necessário proceder uma radical descentralização, sob controle direto dos Conselhos de Saúde locais.

4º pecado

A saúde sempre ficou isolada dos demais setores sociais aqui no DF, como se fosse uma verdadeira ilha de capacidade e excelência. Um gover-

no que pretenda atacar as questões sanitárias na sua essência deverá enfocá-las na sua verdadeira (e complexa) pluralidade. As ações a serem implantadas deverão contar com apoio e interação de outras secretarias, principalmente as de Educação, Ação Social e Meio Ambiente. As conquistas da saúde não podem constituir uma ação setorial isolada, mas um objetivo governamental como um todo. É isso que pode diferenciar o próximo governo dos anteriores, os quais mostraram-se completamente descomprometidos com as necessidades básicas da população.

5º pecado

O aperfeiçoamento e a atualização técnico-científica dos trabalhadores da área de saúde vinculados ao GDF — medida imprescindível para o bom funcionamento do setor — foi sempre inexpressiva, quando não inexistente. É indispensável uma reciclagem de todo o pessoal, incluindo principalmente aqueles profissionais com mais responsabilidade. Esta análise crítica inclui toda a força de trabalho sanitário: desde médicos, enfermeiros, dentistas, nutricionistas e outros profissionais de nível superior, até o pessoal auxiliar e técnico-administrativo, maqueiros, recepcionistas, pessoal de cozinha e lavanderia etc. É necessário criar um Plano de Carreiras no Sistema Único de Saúde (SUS), com a finalidade de que qualquer trabalhador da saúde tenha clareza da sua perspectiva de realização profissional e possa valorizadas suas opções de trabalho, em termos de local, ambiente, regime de horário e dedicação. Afinal, o profissional de saúde não pode ser apenas uma peça de uma máquina pessoal, mas precisa ser identificado pela população como seu principal interlocutor junto ao sistema de saúde. Isso implica uma nova gestão pública, com autonomia, flexibilização e, principalmente, responsabilização.

6º pecado

O corporativismo! Este aleijão, suplantado há bom tempo pelos sindicatos e associações de trabalhadores nos países desenvolvidos, no Brasil precisa começar a ser encarado de forma mais arejada. Os doentes e usuários do SUS não podem conti-

nuar pagando preço tão alto por problemas e mazelas que estão completamente fora dos seus alcances e responsabilidades. Baixos salários não justificam tratamento descortês e muito menos desumano para com alguém, ou descompromisso com o trabalho. Pelo contrário, todos aqueles pleitos corporativos que se mostram justos devem estar subordinados aos interesses dos usuários e suas conquistas devem significar sempre benefícios para a população.

7º pecado

A atual estrutura de atenção à saúde no DF, assim como em todo o País, constitui uma gritante vergonha nacional. Eticamente, esta situação não pode mais continuar. Neste sentido, qualquer medida que venha ser implementada pelo novo governo, deverá respeitar os quatro princípios éticos que fundamentam uma correta ação em saúde: beneficência; não maleficência e justiça; tolerância (à dor, ao sofrimento, à própria situação de exclusão social, ao medo...); excelência (qualidade do atendimento: “Fazer o que se pode fazer, mas, sempre, da melhor forma possível”).

Todos os sete pecados acima apontados acarretam graves implicações. Os eleitores de Cristovam não esperam que o governo recém-eleito simplesmente aplique as penitências de praxe e distribua as consequentes absolvições, deixando a procição prosseguir sua modorrenta caminhada com os fiéis repetindo as mesmas velhas dores. Fundamentalmente, deverá combater os pecados nas profundezas das suas raízes culturais, sociais, administrativas e políticas. Para isso, terá que mexer substancialmente em certos setores até hoje intocáveis; nesta trajetória, é bem provável que em algum momento do processo tenha que se defrontar com certas áreas das próprias corporações que ajudaram na sua eleição. O tempo escreverá a história e mostrará os resultados...

■ Volnei Garrafa e Eleutério Rodrigues Neto são professores da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, membros do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP-UnB) e diretores do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde — Cebes.